



Konrad  
Adenauer  
Stiftung

# HISTÓRIA DA POLÍTICA AMBIENTAL NA ALEMANHA: PERSPECTIVAS DA CDU 1958 – 2015



**EKLA**

Programa Regional Segurança  
Energética e Mudanças Climáticas  
na América Latina

## **História da Política de Energia e Clima da Alemanha: Perspectivas da União Democrata Cristã 1958-2015**

©Fundação Konrad Adenauer (KAS) Av. Larco  
109-111, 2do andar, Lima 18-Peru  
Email:kasperu@kas.de  
URL:<www.kas.de/peru>  
Telef: (51-1)416-6100

©Programa EKLA-KAS  
Rua Cantuarias 160, Escritório 202, Lima 18-Peru  
Email: Energie-Klima-La@kas.de  
URL:< www.kas.de/energie-klima-  
lateinamerika> Telef: (51-1) 320 2870

Texto original: Zeitmaschine Umwelt  
<www.adenauercampus.de/web/guest/zeitmaschine-  
umwelt> Adenauer campus- Fundação Konrad Adenauer e.V.

Tradução: Olivia Mascarenhas  
Revisão: Cristiane Duarte Santos  
Editor: Dr. Christian Hübner  
Diagramação: Jhonny Chumpitaz - Ronald Cotillo  
Editoração: Annie Ordoñez

Imagens:©Bundesarchiv,B145 Bild-F009346-0008/ Steiner, Egon via Wiki  
media Commons(Pág.6), ©Fundação Hausder Geschichteder Bundesrepublik  
Deutschland (Pág. 8), ©ÖDP (ÖDP) via Wikimedia Commons (Pág.10), ©KAS  
(Pág.12),©KAS(Pág.14), ©CDU via Wikimedia Commons(Pág.15), ©http:  
www.faz.net/aktuell/gesellschaft/bilder-ausdem-katastrophengebiet-der- lan  
ge-schatten-von-tschernobyl-12924434.html(Pág.17), ©CDU/KAS- ACDP  
(Pág.19), ©picture-allianc31e/dpa,kas.de(Pág.22), ©KAS(Pág. 23), ©SvaRoM  
(Own work), via Wi kimedia Commons(Pág.25), © By TorstenHenning, via  
Wikimedia Commons( Pag 27), ©Mar ian Sigler, viaWikimedia Commons (Pág.  
28), ©KAS/ACP1-0-031- 869 (Pág.31), © SvaRoM (Own work), via Wikime  
dia Commons (Pág.31)

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida em qualquer formato  
ou meio sem permissão dos editores

# Índice

<b>I. A HISTÓRIA DA POLÍTICA DE ENERGIA E CLIMA DA ALEMANHA</b>	
Editorial.....	Pág. 4
1. A implementação inicial de políticas ambientais e energéticas	
22 de fevereiro de 1958.....	Pág. 5
2. A primeira crise do petróleo	
25 de novembro de 1973.....	Pág. 7
3. Herbert Gruhl publica «Ein Planet wird geplündert» («Um planeta é saqueado»)	
25 de setembro de 1975.....	Pág. 9
4. O primeiro programa político da CDU	
25 de outubro de 1978.....	Pág. 11
5. «Stuttgarter Leitsätze» (Os princípios de Stuttgart)	
11 de maio de 1984.....	Pág. 13
6. A introdução do catalizador	
19 de setembro de 1984.....	Pág. 15
7. Chernobyl e suas consequências	
26 de abril de 1986.....	Pág. 16
8. A criação do BMU/Walter Wallmann	
06 de junho de 1986.....	Pág. 18
9. Töpfer nada no Reno	
14 de setembro de 1988.....	Pág. 20
10. O documento da CDU «Unsere Verantwortung für die Schöpfung» (Nossa responsabilidade frente à criação)	
13 de setembro de 1989.....	Pág. 23
11. A lei de abastecimento de corrente entra em vigor	
1991.....	Pág. 24
12. A proibição dos gases CFC	
06 de maio de 1991.....	Pág. 26
13. A Conferência do Rio	
14 de junho de 1992.....	Pág. 28
14. A Lei de Economia Circular	
27 de setembro de 1994.....	Pág. 29
15. Ângela Merkel se converte em ministra do Meio Ambiente	
17 de novembro de 1994.....	Pág. 30
16. «Meseberger Beschlüsse» (A decisão de Meseberg)	
23 de agosto de 2007.....	Pág. 32
17. A adoção de «Beust-Papiers» (Documento de Beust)	
02 de dezembro de 2008.....	Pág. 34
18. O conceito energético do governo federal	
28 de setembro de 2010.....	Pág. 35
19. A catástrofe de Fukushima	
11 de março de 2011.....	Pág. 37
20. A Grande Coalizão entre os partidos políticos da Alemanha	
14 de dezembro de 2013.....	Pág. 39
<b>II. A POLÍTICA ENERGÉTICA E CLIMÁTICA DA ALEMANHA EM 2014</b>	
Introdução.....	Pág. 40
Uma retrospectiva cristã-democrata.....	Pág. 41
A transição energética.....	Pág. 45
A adaptação a mudança climática.....	Pág. 47
Perspectivas.....	Pág. 48

# I. A História da Política de Energia e Clima da Alemanha

## Prefácio

O presente documento apresenta os principais marcos ocorridos na Alemanha a partir de 1958, quando o primeiro governo federal — na administração de Konrad Adenauer, da CDU — impulsionou uma estratégia para resolver a primeira crise do carvão, que junto com a posterior crise do petróleo conduziu à proposta do uso de energias alternativas. Ao levar a escassez de recursos ao centro do debate político, Adenauer fez com que, no primeiro programa político da CDU, no ano de 1978, se estipulasse que «...a conservação de nosso sistema de suporte vital é parte de uma liberdade responsável. Quem explora hoje em dia de modo irresponsável este sistema e altera as relações ambientais fere a solidariedade entre as gerações». Este é considerado um conceito visionário, pois concebe o cuidado do meio ambiente como parte fundamental das estratégias políticas nacionais.

Com o decorrer dos anos, eventos como a catástrofe nuclear de Chernobyl, a aprovação de documentos como o *Unsere Verantwortung für die Schöpfung* (Nossa Responsabilidade Frente à Criação), a lei de abastecimento elétrico, bem como a realização de eventos globais como a Conferência do Rio de 1992 e a ascensão de Ângela Merkel — de seus inícios como ministra do Meio Ambiente até sua atual posição como chanceler da Alemanha — têm demonstrado que, tanto na formulação de políticas nacionais como internacionais, a temática ambiental está presente nas decisões econômicas e sociais formuladas nos diferentes países, representando o principal desafio da sobrevivência da espécie humana em meio à Criação.

Dr. Christian Hübner



## 1. Introdução às primeiras políticas energéticas e ambientais

**22 de fevereiro de 1958**

### ***O início da crise do carvão:***

Começa o primeiro turno não trabalhado (turno irregular gerado pela falta de demanda) na mina Rosenblumendelle em Mülheim de Ruhr, local de trabalho de quase 5000 trabalhadores.

### ***Detalhes:***

A origem e a utilização política da crise do carbono alemã ilustram as ressignificações experimentadas tanto nas políticas ambientais quanto nas energéticas desde a fundação da República Federal da Alemanha. Até meados da década de 1960, não se consideravam a proteção do meio ambiente nem o setor de abastecimento energético (hoje estreitamente ligados a temas de mudança climática) como campos de política. A organização do sistema energético alemão foi, na verdade, parte fundamental da política econômica, e inicialmente dependia das necessidades macroeconômicas da Alemanha no pós-guerra. O objetivo prioritário era a reconstrução da infraestrutura energética alemã, e com isso a erradicação das constantes faltas de energia. Quase não existiam preocupações relativas ao cuidado do clima, à contaminação da terra e das reservas de água ou do ar através de emissões de gases das fábricas e plantas industriais.

O primeiro governo federal sob o comando de Konrad Adenauer, chanceler da CDU, impulsionou uma estratégia consistente de «foco nas fontes de energia domésticas», como o lignite e o carvão («economia do carvão»). Assim, o abastecimento de energia devia ser aperfeiçoado para ser à prova de crises e o mais eficiente possível. Na década de 1950, o regime promoveu sobretudo a exploração de minas de carvão para cobrir a crescente demanda energética em consequência do milagre econômico alemão. O excesso de oferta resultante representou um problema nesse momento: o preço do petróleo caiu de forma dramática e o óleo mineral começou a substituir o carvão como principal fonte energética de porte industrial. Além disso, o carvão alemão deixou de ser competitivo frente ao importado, pois os custos por salário e exploração na República Federal da Alemanha levaram a um aumento do nível dos preços. A crise do carbono teve como consequência direta o fechamento de várias minas e siderúrgicas, sobretudo na bacia do rio Ruhr. Em uma década foram fechadas cerca de setenta minas, e até o início dos anos setenta quase a metade dos trabalhadores alemães da indústria do carvão perdeu seu emprego. Os líderes políticos reagiram com subsídios (como o «imposto do carbono» de 1974) e

extensas medidas sociais. Na década de 1960 se intensificou ainda mais a competição entre o petróleo e o carvão nacional. Mesmo com uma política massiva de priorização do carvão, caracterizada por um aumento dos impostos sobre os derivados de petróleo, não foi possível reestabelecer a competitividade do carvão. Em 1970, a participação do petróleo como principal fonte de energia havia crescido até a marca de 53%. A luta da classe política alemã para manter as estruturas de extração de carvão (que deviam continuar apesar de sua ineficiência) demonstra os pesos relativos que tinham os diversos objetivos da política energética. O foco estava exclusivamente no equilíbrio entre os princípios de segurança de abastecimento e a rentabilidade (e a compatibilidade social), que entraram em rota de colisão durante a crise do carvão. O foco ambiental, hoje considerado equivalente, não tinha até então relevância alguma.

A crescente dependência da República Federal da Alemanha das fontes de energia estrangeiras, acompanhada dos efeitos da crise de carvão, resultou no desenvolvimento de uma das maiores controvérsias ambientais dos anos 1970: a entrada massiva da energia nuclear como segundo pilar do sistema energético, uma vez que a crise do carvão havia levado à suposição, da parte de todos os partidos alemães, de que a criação de novos parques nucleares poderia representar uma contribuição importante para a oferta doméstica.



---

Links:

Galeria de artigos e fotos:

[http://www.ruhrgebietregionalkunde.de/aufstieg\\_und\\_rueckzug\\_der\\_montanindustrie/krise\\_des\\_montansektors/kris](http://www.ruhrgebietregionalkunde.de/aufstieg_und_rueckzug_der_montanindustrie/krise_des_montansektors/krise_montansektor.php?p=3)

[e\\_montansektor.php?p=3](http://www.ruhrgebietregionalkunde.de/aufstieg_und_rueckzug_der_montanindustrie/krise_montansektor.php?p=3)

História da mina de carbono:

[http://www.planetwissen.de/laender\\_leute/nordrhein\\_westfalen/steinkohlebergbau/](http://www.planetwissen.de/laender_leute/nordrhein_westfalen/steinkohlebergbau/)

## 2. A primeira crise do petróleo

**25 de novembro de 1973**

### ***Cidadãos passeiam pelas pistas vazias:***

Quando os países árabes reduziram a exportação de petróleo em outubro de 1973, os preços aumentaram drasticamente. O governo federal reagiu com a lei da proibição do uso das estradas aos domingos.

### ***Detalhes:***

A primeira crise do petróleo sacudiu a totalidade dos países ocidentais e demonstrou a grande dependência dos países industrializados do «ouro negro». A crise teve grandes repercussões tanto na política energética internacional (incluindo a criação da Agência Internacional de Energia) como na nacional. A Guerra do Yom Kipur entre Israel e os países árabes do Egito e Síria começou em 06 de outubro de 1973. Em reação, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEC), dominada pelos países árabes, reduziu as quantidades de petróleo extraído de forma significativa, em protesto contra o apoio de numerosos países ocidentais a Israel. A atitude da OPEC quadruplicou o preço do barril de petróleo cru em um ano. Muitos países industrializados do Ocidente sofreram uma profunda crise econômica. O governo federal buscou então reduzir consideravelmente o consumo de energia e incentivou o uso responsável de carros, eletricidade e calefação; não por razões ecológicas, mas para manter a mobilidade da atividade econômica na República Federal da Alemanha. O sinal mais evidente, e até hoje inesquecível, desses esforços foi o denominado «domingo sem carros», estabelecido ao lado de numerosas medidas de economia de energia por meio da Lei de Segurança Energética promulgada em 09 de novembro de 1973. O primeiro desses domingos foi o 25 de novembro desse ano.

A primeira crise do preço do petróleo mudou as concepções da classe política e da sociedade a respeito das fontes fósseis e, portanto, finitas de energia. O governo buscava agora novas maneiras de assegurar o abastecimento de energia e investiu, por exemplo, na exploração de combustíveis alternativos como o biodiesel, ou na exploração de novas medidas de eficiência energética. A crise do petróleo também pareceu confirmar a necessidade da energia nuclear em uma Alemanha Ocidental carente de matérias primas. O primeiro «programa energético» do governo federal, desenvolvido ainda durante a crise do petróleo, posicionou a energia nuclear



como parte central do abastecimento de energia, ainda que esta não devesse substituir o petróleo como a principal fonte de energia. O programa previa a construção de centrais nucleares com uma capacidade total de 45 000 megawatts e deveria gerar, no médio e no longo prazo, um mix energético de carvão, lignite e energia nuclear.

Nesse sentido, a primeira crise do petróleo pode ser vista como o «nascimento» das energias renováveis. A ideia de uma revolução energética, ou seja, o abandono do uso tanto do combustível fóssil como do nuclear tem suas raízes nessa crise. Como resposta à primeira crise de petróleo e inspirado em projetos de pesquisa do governo dos Estados Unidos no mandato de Jimmy Carter, o Ministério Federal da Pesquisa apresentou o Programa Quadro intitulado «Pesquisa Energética», que já em 1974 contava com cerca de dez milhões de marcos para a exploração de energias renováveis. Algumas tecnologias individuais, como a fotovoltaica, foram incentivadas, mas uma expansão planejada no contexto de um enfoque geral ainda não se colocava. Tampouco existia interesse de longo prazo nessa expansão. Quando as consequências da primeira crise do petróleo se reduziram, o financiamento também caiu. Em 1977, foi introduzido um sistema de incentivos prevendo um investimento federal em subsídios de 25% para painéis solares e bombas térmicas. Para manter-se realista, o governo federal manteve a expansão da capacidade renovável em 2% do consumo energético até o ano 2000. Por mais que a crise de petróleo tenha sido positiva para a exploração de tecnologias energéticas renováveis, também representou uma trava para a proteção do meio ambiente. A política ambiental da coalizão social liberal, que havia sido expressa em leis de manejo de resíduos e de controle e diminuição da poluição do ar, bem como na Lei do chumbo na gasolina ou no Controle Federal de Emissões, passou pela crise econômica com uma postura defensiva. As medidas para a proteção do ambiente aplicadas durante a crise do petróleo passaram a ser vistas como um freio ao crescimento econômico.

---

Links:

Texto original sobre a Lei de Segurança Energética:

[http://www.gesetze-iminternet.de/bundesrecht/ensig\\_1975/gesamt.pdf](http://www.gesetze-iminternet.de/bundesrecht/ensig_1975/gesamt.pdf)

Galeria de fotos do Rheinischen Post:

<http://www.rp-online.de/leben/auto/news/der-ersteautofreie-sonntag-am-25-november-1973-bid-1.2093492>

Página web das organizações OPEC e IEA:

<http://www.iea.org/>

[http://www.opec.org/opec\\_web/en/](http://www.opec.org/opec_web/en/)



### 3. Herbert Gruhl publica «Ein Planet wird geplündert» («Um planeta é saqueado»)

25 de setembro de 1975

O primeiro político «verde» proeminente da República Federal da Alemanha foi um democrata cristão.

#### Detalhes:



Herbert Gruhl

Herbert Gruhl, nascido em Gnaschwitz em 1921 e membro do Bundestag (Congresso) alemão entre 1969 e 1980, filiou-se à CDU em 1954. Como presidente do BUND e porta-voz de assuntos ambientais de sua bancada, Gruhl apresentou desde o princípio os temas ecológicos como o coração de seu trabalho e converteu-se em um dos políticos ambientalistas mais proeminentes da Alemanha. Em 1975, Gruhl publicou seu livro «*Ein Planet wird geplündert - Die Schreckensbilanz unserer Politik*» (Um planeta é saqueado: o equilíbrio de terror da nossa política), que se converteu em um best-seller e moldou significativamente o ambientalismo alemão. Semelhante ao relatório «Os limites do crescimento»

apresentado pelo Clube de Roma três anos antes, Gruhl advertiu sobre a finitude dos recursos globais e o impacto ambiental negativo do modelo econômico dos países industrializados. Segundo Gruhl, era quase inegável que a ação do homem, com uma população em constante crescimento e uma produtividade per capita igualmente em expansão, teria como resultado a rápida «destruição total» do planeta. Com este panorama, Gruhl lutou pelo abandono da ideologia do crescimento econômico absoluto e pela renúncia mais ampla e social ao consumismo. Como «crítico do crescimento» e opositor da energia nuclear, Gruhl se distanciou logo da CDU, sentindo que não era levado a sério: «A situação é tal que minhas opiniões são tomadas em conta por pessoas fora do país, porém infelizmente não dentro do meu partido» resumiu Gruhl antes de renunciar à CDU em julho de 1978. Depois de sua saída, Gruhl fundou e assumiu a presidência do «*Grüne Aktion Zukunft*» (Ação Verde para o Futuro),

o primeiro partido verde com presença nacional na história da República Federal da Alemanha. Em união com outras legendas verdes estaduais, como o pequeno partido «*Aktionsgemeinschaft Unabhängiger Deutscher*» (AUD) (Comunidade de Ação de Alemães Livres) e a «*Bundesverband Bürgerinitiativen Umweltschutz*» (BBU) (Federação de Iniciativas Cidadãs para a Proteção Ambiental), o GAZ, precursor organizacional do partido «*Die Grünen*» (Os Verdes), foi estabelecido no nível federal em 1980 por iniciativa de Gruhl. Entretanto, o político ambientalista se distanciou de sua «criação» um ano depois, pois não estava de acordo com a posição do novo partido a respeito do aborto e da democracia de *grassroots*, bem como com a crescente influência de grupos comunistas no interior deste. Entre 1981 e 1982, fundou o «*Ökologisch-Demokratische Partei*» (ÖDP) (Partido Ecológico-Democrático), que não viria a ultrapassar o status de um pequeno partido. Herbert Gruhl, que se retirou do ÖPD em 1990 e recebeu a Cruz Federal de Mérito no ano seguinte, morreu em junho de 1993 em Regensburg.

---

Links:

Extratos do discurso de Gruhl como membro independente do Bundestag de abril de 1980:

<http://www.zeit.de/1992/36/bonner-toene>

Biografia curta de Herbert Gruhl:

<http://www.kas.de/wf/de/71.8394/>

## 4. O primeiro programa político da CDU

**25 de outubro de 1978**

A CDU aprovou seu primeiro programa político democrata cristão quase trinta anos depois da sua fundação. Tanto o processo de desenvolvimento como o conteúdo do programa foram vitais no interior do partido e, finalmente, significaram para o partido opositor o ponto final de uma fase de reorientação, também denominada «formação tardia do partido».

### **Detalhes:**

Ao lado das «novas questões sociais» que a CDU utilizou para formular novos enfoques e prioridades para a política social, valores cruciais da política democrata cristã foram delimitados e concretizados. Sob a luz do debate sobre a escassez de recursos, o aumento da poluição do ar e a diminuição progressiva das áreas naturais intactas, além da ideia de proteção ambiental, o «*Ludwigshafener Programm*» (Programa de Ludwigshafen) adotou a tríade de «liberdade, solidariedade e justiça» como temas básicos e proeminentes no seu catálogo de valores fundamentais. Dessa forma, a CDU criticou a aparente compulsão por uma «reconstrução orientada à necessidade de moradia» e a expansão urbana que a acompanhava. Além disso, defendeu «um crescimento econômico e um progresso técnico baseados na capacidade produtiva dos nossos sistemas naturais de suporte vital, como a terra, água, ar e paisagens naturais». Embora o partido continuasse a manter o princípio do crescimento econômico como base para o bem-estar e a justiça social, ainda assim incluiu em seu primeiro programa político uma espécie de reavaliação do conceito tradicional de crescimento. A tríade anterior de objetivos político-econômicos da CDU, que consistia de «emprego pleno, estabilidade monetária e crescimento sustentável baseado no equilíbrio econômico exterior», foi complementada por uma quarta dimensão no Programa de Ludwigshafen. O programa afirma: «a realização destes objetivos não é suficiente em si mesma para garantir a solidariedade com as próximas gerações. Eles devem ser ampliados para garantir o futuro ambiental de nossa comunidade». O programa político deixou claro que «a conservação de nosso sistema natural de suporte vital é parte da liberdade responsável. Quem agora explora irresponsavelmente este sistema e interfere nas relações ambientais viola a solidariedade entre as gerações». A CDU propunha, agora, um «crescimento orientado à qualidade» tão importante quanto o progresso técnico e que não estivesse baseado em uma «oposição irreconciliável com a proteção de nossos recursos naturais e do meio ambiente». As afirmações

contidas no documento, que exigiam a «restrição de medidas que pudessem levar a mudanças climáticas» e a ratificação de «acordos internacionais», consideradas surpreendentes e visionárias quando de sua publicação, hoje são consideradas essenciais para a proteção do clima. Com a aprovação do programa político, o partido tornou-se definitivamente consciente da sua missão ambiental, resultante da visão cristã sobre o mundo e o homem.

# FREIHEIT SOLIDARITÄT GERECHTIGKEIT

Grundsatzprogramm der  
Christlich Demokratischen  
Union Deutschlands



"Programa de Ludwigshafen"

Links:

Texto original do programa:

[http://www.kas.de/upload/ACDP/CDU/Programme\\_Beschluesse/1978\\_Grundsatzprogramm\\_Ludwigshafen.pdf](http://www.kas.de/upload/ACDP/CDU/Programme_Beschluesse/1978_Grundsatzprogramm_Ludwigshafen.pdf)

## 5. Os princípios de Stuttgart

### 11 de maio de 1984

No contexto da expansão da consciência nacional acerca das questões ambientais e em conexão com os princípios ecológicos estabelecidos no programa de Ludwigshafen, a CDU objetivou, com o «*Stuttgarter Leitsätzen für die 80er Jahre*» (Princípios de Stuttgart para a Década de 1980), encontrar respostas para as questões ambientais da época.

#### **Detalhes:**

Com esse programa, o partido buscou elaborar mais a fundo sua consciência ecológica e desenvolver uma verdadeira política ambiental democrata cristã. A CDU defendia, novamente, um «novo entendimento» dos conceitos de trabalho e crescimento: «O empenho dos cidadãos, a eficiência econômica e a política foram determinantes para o bem-estar e o crescimento econômico de nosso país. Não obstante, o crescimento econômico não é uma meta em si mesma, mas sim uma contribuição essencial para a resolução de problemas econômicos, ecológicos e sociais presentes e futuros. Não podemos avaliar o crescimento somente em termos de bens e serviços, mas também através das mudanças qualitativas. A economia no consumo de energia por meio de novas técnicas e controles, como a redução de emissão de substâncias nocivas, é exemplo deste crescimento qualitativo, que melhora nossas condições de vida e protege nossos recursos». A partir de então, o crescimento econômico deveria ser gerado com atenção ainda maior para «problemas econômicos, ecológicos e sociais». A CDU ratificou a expansão, ocorrida em 1978, do seu triângulo de objetivos político-econômicos advinda da adição do fator ambiental. Nesse contexto, a proteção do meio ambiente foi claramente identificada como «equivalente» aos outros valores. A República Federal da Alemanha devia transformar-se em um «país industrializado amigável com o meio ambiente» e, como precursor da política energética e ambiental, servir de inspiração aos seus vizinhos europeus. Pela primeira vez, a CDU anunciou os meios por meio dos quais esse processo de transformação poderia ser concretizado.

O aumento do «uso de instrumentos da economia de mercado» na proteção do clima e o meio ambiente parecia ser o caminho mais promissor para o partido. Os traços fundamentais do que se conhece hoje em dia como «regime de créditos de carbono» (o enfoque utilizado para a redução dos gases do efeito estufa) foram

contribuições feitas ao debate político dos Princípios de Stuttgart. O objetivo deste conceito era conseguir que «todas as empresas com fins lucrativos evitassem as emissões poluentes». Em geral, a CDU defendeu o enfoque segundo o qual aquele que «contaminasse menos o meio ambiente» deveria obter maiores «benefícios econômicos» que aquele que explorou mais recursos ambientais. Em geral, o partido procurou associar no documento o princípio fundamental democrata cristão da «economia social de mercado» com uma política ambiental progressiva e efetiva.

Quelle: KAS/ACDP\_07-001-9566

## Deutschlands Zukunft als moderne und humane Industriention

### Stuttgarter Leitsätze für die 80er Jahre

Beschlossen auf dem 32. Bundesparteitag  
9.-11. Mai 1984 in Stuttgart



“Princípios” Stuttgarter

Links:

Texto original:

[http://www.kas.de/upload/ACDP/CDU/Programme\\_Beschluesse/1984\\_Stuttgart\\_07-001-9566.pdf](http://www.kas.de/upload/ACDP/CDU/Programme_Beschluesse/1984_Stuttgart_07-001-9566.pdf)

Classificação histórica “1982-1989 - Wendenzeiten” (“1982 - 1989 - Tempos de mudança”)

<http://www.kas.de/wf/de/71.8760/>

## 6. Introdução do catalizador

19 de setembro de 1984

O conselho de ministros federal alemão decidiu em setembro de 1984 tornar obrigatória a instalação de catalizadores em todos os veículos à gasolina.

### Detalhes:

Na primeira metade da década de 1980, o debate sobre o «desflorestamento» e a «chuva ácida» alcançou o seu ápice. Vários especialistas e conservacionistas jogaram a responsabilidade por esses males sobre o gás emitido pelos automóveis. Nos Estados Unidos e Japão, os catalizadores haviam passado a ser obrigatórios para todos os automóveis novos nos anos 1970. Em 1984, nenhum país europeu ainda havia implementado essa política, e na Alemanha o assunto era alvo de muitos debates.



Concepto "coches verdes"

Inicialmente, a reforma em questão não só se mostrou impopular entre os cidadãos, mas também enfrentou desde ceticismo à oposição direta na indústria automotiva alemã e na ala econômica do FDP (Partido Democrático Liberal), que naquele momento era o companheiro de coalizão da CDU no governo federal. Os fabricantes alemães de automóveis ressaltavam os altos custos para os cidadãos e temiam ficar em desvantagem

frente à concorrência internacional. Tendo em vista que o uso de catalizadores requereria uma mudança no fornecimento de combustível para a gasolina sem chumbo, alguns vizinhos europeus criticaram a possibilidade de um esforço isolado da República Federal da Alemanha. Apesar de todas essas resistências, o governo federal introduziu, em setembro de 1984, durante o mandato do chanceler Helmut Kohl, o uso obrigatório de catalizadores a partir de 1989 para todos os automóveis à gasolina novos. Assim, a CDU ousou pôr em prática a proteção do meio ambiente pelo setor automotivo por meio de iniciativas federais obrigatórias; uma decisão corajosa, em um país de motoristas como a Alemanha. Um incentivo fiscal para compradores de carros dispostos a comprar carros novos com catalizadores antes de 1989 e para proprietários dispostos a reequipar seus veículos permitiu uma rápida difusão dessa tecnologia.

## 7. Chernobil e suas consequências

**26 de abril de 1986**

A catástrofe nuclear na cidade ucraniana de Chernobil em abril de 1986 deve ser considerada um evento realmente importante no contexto da política energética, pois representou o segundo acidente nuclear em apenas sete anos após o sério incidente na usina nuclear situada nas proximidades de Harrisburg, Pennsylvania, em 1979.

### ***Detalhes:***

O acidente, resultante do design básico da usina, despertou pânico em toda Europa e significou, para os críticos da energia atômica, a prova definitiva de que a tecnologia não era totalmente controlável e, além disso, era muito arriscada. Chernobil levou a mudanças decisivas em vários planos – em termos energéticos e ambientais. A opinião do povo alemão a respeito da aceitação da energia nuclear mudou abruptamente. A discussão sobre a energia atômica, que havia sido abafada após a segunda crise do petróleo, se incendiou novamente, e com mais força. Pela primeira vez uma pesquisa mostrou que a maioria da população era favorável a um gradual «abandono da energia nuclear». Enquanto em março de 1982 52% dos alemães declaravam-se a favor da construção de novas usinas nucleares, essa cifra se reduziu a 16% nas semanas posteriores à catástrofe de Chernobil.



A partir de então, 83% da população se pronunciava contrariamente à construção de novas usinas nucleares. 86% declararam-se a favor do abandono gradual da tecnologia nuclear, e 17% se disseram a favor da interrupção imediata do uso doméstico da energia nuclear. Com Chernobil, não só se rompeu o consenso social sobre energia nuclear e térmica (carvão), mas também o consenso político a respeito da energia nuclear dos três partidos alemães, CDU, SPD e FPD, que haviam se mantido de acordo por mais de três décadas. Em função da mudança de opinião da população e das numerosas vozes críticas no interior do partido desde o fim da década de 1970, o SPD se converteu em um “partido anti-nuclear”. Com esta mudança programática, o SPD esperava recuperar os eleitores que havia perdido nos anos anteriores para os Verdes. Em sua convenção nacional realizada em Nuremberg, em agosto de 1986, os delegados decidiram quase por unanimidade abandonar o uso doméstico da energia nuclear. Com esta decisão, o SPD se uniu à



posição do novo partido dos Verdes. Agora, o sistema partidário alemão estruturava-se em duas posições sobre política energética: enquanto o CDU e o FDP seguiam defendendo a energia nuclear, SPD e os Verdes pediam o abandono dessa tecnologia.



Links:

Galeria de fotos de Chernobyl hoje:

<http://www.faz.net/aktuell/gesellschaft/bilder-ausdem-katastrophengebiet-der-lange-schatten-von-tschnobyl-12924434.html>

Cronologia do acidente do reator:

<http://www.tagesschau.de/ausland/meldung121056.html>

Artigo resumido:

[http://www.planetwissen.de/natur\\_technik/atomkraft/tschnobyl/](http://www.planetwissen.de/natur_technik/atomkraft/tschnobyl/)

## 8. A criação do BMU/Walter Wallmann

**06 de junho de 1986**

Depois do desastre de Chernobil, o governo federal, liderado pela CDU, criou o Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU na sigla em alemão).

### **Detalhes:**

Embora o governo federal da CDU constatasse após o acidente de Chernobil que não havia nenhuma lição aprendida na Ucrânia que se pudesse aplicar de alguma forma ao contexto alemão, o governo reagiu de imediato. Para demonstrar sua capacidade de ação no setor nuclear, o governo de Kohl criou o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), no qual se concentraram todas as competências do Poder Executivo em matéria de meio ambiente que até esse momento estavam dispersas: tratamento da água e de resíduos, proteção do solo, saúde ambiental, controle da poluição, meio ambiente e transporte, segurança química, conservação e ecologia, segurança das instalações nucleares, proteção contra radiação, cuidado e eliminação de dejetos nucleares, assim como a cooperação internacional a favor do meio ambiente foram incluídos entre as áreas de trabalho do novo ministério, e os ministérios do Interior, Agricultura e Família tiveram que ceder suas competências nesses campos. O político do estado de Hesse filiado à CDU, Walter Wallmann, fez seu juramento em junho de 1986 como o primeiro ministro do Meio Ambiente da República Federal da Alemanha. Wallmann, nascido em 1932 em Uelzen e membro do CDU desde 1960, havia sido prefeito de Frankfurt até a data de sua nomeação como ministro, e manteve o cargo até abril de 1987.

Entre os temas mais importantes de seu curto tempo no cargo (foi eleito ministro presidente de Hesse



Walter Wallmann

em 1987) está a resolução das consequências do acidente químico do consórcio Sandoz, quando a água do Reno foi contaminada por causa de um incêndio, o que representou um perigo para o ecossistema dessa região. Além disso, Wallmann apresentou projetos de lei importantes ao Congresso alemão, equipou as usinas nucleares alemãs com novas válvulas de segurança (as «Válvulas Wallmann»), fez entrar em vigor uma nova lei tributária a favor de veículos novos e pouco poluentes e aprovou uma nova lei sobre o uso de produtos de limpeza, buscando mais compatibilidade entre os produtos de limpeza e o meio ambiente, por meio do uso exclusivo de produtos biodegradáveis.

---

Links:

Artigo do despacho federal do meio ambiente pelo 25º aniversário do acidente de Sandoz:

<http://www.umweltbundesamt.de/presse/presseinformationen/sandoz-chemieunfall-jaehrtsich-25-mal>

Versão atual da lei sobre produtos de lavagem e limpeza:

<http://www.gesetze-iminternet.de/bundesrecht/wrmg/gesamt.pdf>

Página web do BMU:

<http://www.bmub.bund.de/>

## 9. Töpfer nada no Reno

**14 de setembro de 1988**

Apesar de todos os êxitos políticos atribuíveis ao segundo ministro do Meio Ambiente Klaus Töpfer, até hoje muitos alemães ainda associam o mandato do democrata cristão ao mergulho no Reno em setembro de 1988.

### ***Detalhes:***

Querendo ser uma espécie de «indicador vivo ambiental», como disse um comentarista da revista Spiegel, Töpfer pretendia com essa ação altamente publicizada chamar a atenção acerca da melhoria da qualidade da água no rio Reno na fronteira franco-alemã. Tendo em vista as numerosas iniciativas e projetos que Töpfer propôs e impulsionou como ministro do Meio Ambiente, o «banho no Reno» mereceria ser apenas uma nota de rodapé política. Töpfer, que já havia assumido o cargo do Meio Ambiente no estado da Renânia-Palatinado, sucedeu Wallmann em 1987 à frente do ainda incipiente Ministério Federal do Meio Ambiente. O balanço da gestão como ministro estadual dava testemunho do trabalho de Töpfer, economista de formação nascido em 1938, que já podia, ao mudar-se para Bonn, referir-se a ações como a introdução de controles e padrões mais rigorosos para a vinicultura e a duplicação das reservas naturais de Renânia-Palatinado. O Ministério do Meio Ambiente sob a sua direção experimentou um aumento significativo da própria importância. Além do importante apoio à política energética representado pela Lei de Alimentação de Corrente Elétrica, a preparação de decisões políticas globais sobre o desenvolvimento sustentável (Conferência Rio-92) e a proibição de gases CFC, bem como a política nuclear, o manejo dos resíduos ambientais nos novos estados e a proteção dos oceanos são os pontos centrais de seus quase oito anos de mandato como ministro (1987-1994).

Töpfer teve uma clara posição antienergia nuclear desde os primeiros anos da sua carreira pública e promoveu uma campanha dentro do partido pelo abandono da energia nuclear no médio prazo, mas não conseguiu impor suas ideias a esse respeito. Todavia, entre 1988 e 1989 foi criada sob a liderança de Töpfer a Agência Federal para a Proteção contra a Radiação, que reuniu as competências para o manejo de substâncias radioativas anteriormente distribuídas entre vários ministérios. Essa agência federal tinha como principal atribuição melhorar e simplificar o controle executivo do lixo nuclear (a questão do armazenamento) e da segurança nuclear. Töpfer

---

também revogou a licença de funcionamento da empresa nuclear Nukem por questões de segurança. Uma emenda da Lei da Energia Atômica em julho de 1994 aumentou os requisitos de segurança para as futuras construções de usinas nucleares e estabeleceu regras para a eliminação direta de combustíveis radioativos, bem como do seu reprocessamento.

Pode-se considerar o tratamento dos danos ambientais resultantes da economia planificada da Alemanha Oriental como um projeto-chave do ministério liderado por Töpfer. A «reconstrução ecológica do Leste» deveria ser executada por meio de um programa de ação apresentado em 1991 que incluía o fechamento de todas as usinas nucleares da Alemanha Oriental. Em geral, o governo da CDU se esforçou em reorganizar o sistema energético dos novos estados federados, que durante décadas se basearam principalmente no uso de combustíveis sólidos, como o carvão. Era preciso tratar e reconstruir o sistema energético ecologicamente desastroso da RDA. As estruturas da antiga República Federal da Alemanha foram transferidas de maneira rápida e efetiva aos novos estados. O efeito ecológico desse alinhamento dos sistemas energéticos e padrões ambientais implicou uma diminuição drástica das emissões de substâncias nocivas e gases do efeito estufa na Alemanha Oriental. Em última análise, a proteção dos mares do Norte e Báltico foi prioridade na agenda política de Töpfer. No verão de 1988 foi desenhado o programa «Salvemos juntos o Mar do Norte» e o «Catálogo de dez pontos» para a proteção desses dois mares, cujos pontos essenciais eram medidas para um melhor tratamento de resíduos industriais e agrícolas. Desta forma, foi determinado que a quantidade de nutrientes e assim o crescimento das algas nos mares seriam diminuídos, para manter o ecossistema oceânico equilibrado. Entre os múltiplos passos dados no plano internacional podem ser listados o Acordo de Helsinki para a proteção da zona do mar Báltico e a Convenção OSPAR para a proteção do meio ambiente marinho do Atlântico Nordeste (ambos em 1992), bem como a adoção do Acordo de Londres de 1993, que proibia de forma definitiva o lançamento ao mar de lixo nuclear. Durante o seu mandato, Töpfer também alcançou marcos ambientais importantes, como a implementação da Análise de Impactos Ambientais (1989), o desenvolvimento do sistema dual «Ponto Verde» (1991), a criação da Agência Federal para a Conservação da Natureza (1993) ou a inclusão do bem-estar do meio ambiente e dos animais na constituição alemã (1994).

Töpfer se manteve fiel à sua política ambiental até mesmo após a saída do Ministério em 1994. Depois de um mandato de três anos como ministro federal de Construção, foi designado diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). Passados dois mandatos, em 2006, Töpfer regressa ao terreno

científico e em 2009 é apontado diretor fundador do Instituto de Estudos Avançados para a Sustentabilidade (IASS por sua sigla em inglês) em Potsdam. Ao assumir, no início de 2011, a presidência da Comissão de ética para a «Segurança Energética», recomendou ao governo federal o abandono da energia nuclear depois da catástrofe nuclear de Fukushima. Com isso, Töpfer completou o trabalho de uma vida dedicada à política ambiental.



Klaus Töpfer está nadando en el Rin

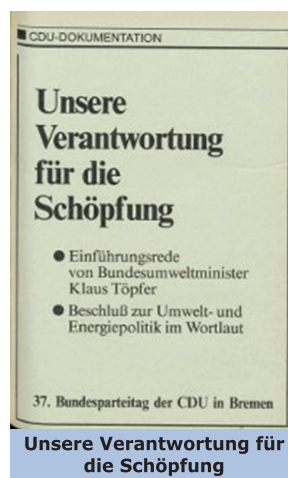
## 10. O documento da CDU «Unsere Verantwortung für die Schöpfung» (Nossa responsabilidade frente à criação)

13 de setembro de 1989

Em setembro de 1989, durante a convenção nacional do partido em Bremen, a CDU adotou o seu documento mais amplo sobre política ambiental.

### Detalhes:

Ainda que o programa «Nossa responsabilidade frente à criação» representasse e legitimasse políticas ambientais já adotadas pelo governo federal sob a condução da CDU, ele trazia também novas tendências. O partido prometia, por exemplo, uma reforma tributária ecológica: «de um modo geral, deve ser considerada a possibilidade do desenvolvimento do sistema tributário na direção da sustentabilidade ambiental, onde houver um escopo técnico que possa ser utilizado de maneira flexível e efetiva por meio de incentivos de mercado como valores-limite». A CDU ressaltou que as novas cargas tributárias deveriam «recompensar o comportamento amigável ao meio ambiente e punir o comportamento hostil ao mesmo»; todavia, o partido limitou essa afirmação em função de uma política econômica responsável: no caso dos impostos e taxas ecológicas, deveria ser aplicado o princípio de «incentivos ao comportamento amigável ao meio ambiente, mas não contrário aos resíduos».



A política internacional do clima também teve um lugar importante no programa ambiental da CDU, que nesse contexto defendeu metas bastante ambiciosas: «reduzir em 50% as emissões de CO2 pode nos parecer utópico nos dias de hoje. Mas esta utopia atual deve ser a realidade de amanhã». O programa destacou o dever específico dos países industrializados do ocidente a esse respeito, devido a seu «alto consumo per capita»: «Os países industrializados têm a obrigação de desenvolver, para si mesmos e para os países do Terceiro Mundo, formas de uso da energia que sejam ecologicamente justificáveis e úteis para que os países em desenvolvimento possam superar a pobreza e a fome». Ainda no tocante à mudança climática em nível internacional, o partido considerou a introdução de uma «taxa de carbono». As metas e medidas apresentadas pela CDU em 1989, relativamente à redução dos gases do efeito estufa, podem ser vistas desde a perspectiva atual como uma antecipação da política climática internacional de finais dos anos 1990 e dos anos 2000.

Links:

Texto original do documento:

[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_27070-544-1-30.pdf?110902100947](http://www.kas.de/wf/doc/kas_27070-544-1-30.pdf?110902100947)

## 11. A lei de alimentação de corrente entra em vigor

**1991**

A Lei de Alimentação de Corrente Elétrica (StrEG, na sigla em alemão) representou uma primeira base para a integração de fontes renováveis no mercado elétrico; entretanto, não foi possível induzir um «boom» nesse setor somente a partir dos níveis de corrente aliados às taxas médias de compensação dos preços da energia elétrica. Ainda assim, a StrEG é corretamente considerada uma precursora da Lei de Fontes de Energia Renovável do ano 2000.

### ***Detalhes:***

Com a criação do Ministério do Meio Ambiente como ator em matéria de políticas ambientais dentro do governo federal e a crescente influência de organizações ambientalistas no final dos anos 1980 e princípios dos 1990, originou-se um forte *lobby* social que defendia a exploração, o desenvolvimento e a integração de rede de energias renováveis na Alemanha. Grupos de interesse, como a Associação de Médias Empresas de Energia Solar, lutavam cada vez mais pela implementação em todo o território nacional de apoio ao lançamento de energias renováveis no mercado. Para que a nova «lei de alimentação de corrente elétrica» fosse aprovada, foi necessário que alguns legisladores da CDU no Bundestag, tais como o futuro ministro presidente de Schleswig-Holstein, Peter Harry Carstensen, e o deputado da CSU, Matthias Engelsberger, acolhessem as demandas desses novos lobbies e iniciassem o processo legislativo em cooperação com parte da bancada dos Verdes e o Ministério do Meio Ambiente liderado pela CDU.

Desde 1979 existia um acordo não vinculante com as empresas de energia do setor privado, que governava num sentido muito limitado a entrada no mercado de terceiros, como as fontes de energia renovável. Dessa forma, as empresas de energia elétrica nem sempre eram obrigadas a reduzir a corrente fornecida e, no caso de uma redução, as empresas clientes deviam somente pagar uma compensação, conforme o princípio de custos evitáveis. Com a lei sobre a provisão de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis na rede pública (Lei de Alimentação de Corrente Elétrica, ou StrEG), se estabeleceu a obrigatoriedade de compra a um preço mínimo. A lei obrigava as companhias a reembolsar o preço mínimo pela corrente gerada em sua zona de serviço, que era calculado em 75% das receitas médias para energia hidrelétrica, biogás e



resíduos florestais e 90% para energia solar e eólica. Os custos desses reembolsos deviam ser assumidos pelas próprias companhias de energia. A lei foi aprovada em 07 de dezembro de 1990 por iniciativa do *Bundestag* e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1991. Ao mesmo tempo, em setembro de 1990 os governos federal e estaduais inauguraram o «1000-Dächer-Programm» (Programa dos 1000 Tetos), que subsidiava a instalação de sistemas fotovoltaicos com 70% de fundos públicos.



Legislatura

## 12. A proibição dos gases CFC

### 06 de maio de 1991

Em 06 de maio de 1991, entrou em vigor a portaria para a proibição de CFCs e halons, que restringia o uso de CFCs em quase todas as áreas produtivas a partir do final de 1994.

#### ***Detalhes:***

Em meados da década de 1980, renomados especialistas em clima e atmosfera confirmaram, de forma aparentemente conclusiva, a formação de um buraco na camada de ozônio sobre a Antártida. A camada de ozônio, presente de 15 a 50 quilômetros de altitude na estratosfera, constitui uma barreira natural contra os raios ultravioletas solares, altamente nocivos para seres humanos e animais. Foi prevista uma ampliação cada vez mais rápida desse buraco, com consequências devastadoras para o ecossistema e a humanidade. A principal causa da aparição desse buraco na atmosfera havia sido a liberação de substâncias químicas produzidas pelo homem. Assim, o CFC contido nos gases propelentes e refrigerantes e o halon usado em agentes extintores de incêndio eram especialmente prejudiciais à atmosfera terrestre. À luz dessas circunstâncias, a comunidade internacional se viu obrigada a atuar: em março de 1985 foi aprovado o Convênio de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, que obrigava os Estados signatários a incluir medidas contra essa situação em suas legislações, bem como a ampliar as pesquisas científicas sobre o tema. Também foi decidido, quase uma década depois na política climática internacional, a criação de uma secretaria permanente para organizar outras conferências sobre o tema. Finalmente, em uma conferência posterior em Montreal em 1987 atingiu-se finalmente um grande avanço: 24 estados da Comunidade Econômica Europeia acordaram, através de um contrato legalmente vinculante, reduzir à metade a produção de CFC até o ano 1999.

A República Federal da Alemanha se converteu então em um ator pioneiro reconhecido internacionalmente no tema da proteção da atmosfera. O Ministério do Meio Ambiente liderado pela CDU estimulou a supressão, o mais rápido possível, de substâncias nocivas ao ozônio na indústria e no comércio. Em 06 de maio de 1991, entrou em vigor a Portaria para a proibição de CFCs e halons, que restringia o uso de produtos com CFC em quase todas as áreas produtivas a partir do final de 1994. Assim, a Alemanha se converteu em um dos primeiros países industrializados em nível mundial a abandonar por completo o uso de CFCs. Um exame da situação atual da atmosfera

terrestre mostra que as medidas adotadas podem ser consideradas como muito exitosas. O Protocolo de Montreal foi ratificado até o momento por 195 países, e as concentrações de CFCs na atmosfera estão sendo reduzidas rapidamente. Em 2012, o relatório anunciava que o crescimento do buraco não só havia sido interrompido, mas também ele começa a ser reduzido.



Prohibición

---

Links:

Artigo do 2012 sobre a camada de ozônio:  
<http://www.n-tv.de/wissen/Ozonschicht-regeneriert-sicharticle7413046.html>

Página web da Secretaria de Ozônio da UNEP:  
[http://ozone.unep.org/new\\_site/en/montreal\\_protocol.php](http://ozone.unep.org/new_site/en/montreal_protocol.php)

## 13. A Conferência do Rio

14 de junho de 1992



Em junho de 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nela deveriam ser tomadas ações em nível global para efetivamente diminuir a progressiva destruição do meio ambiente e a mudança climática.

### **Detalhes:**

A conferência, também denominada «Cúpula da Terra», não somente se baseou em consultas entre governos nacionais, mas também incorporou às negociações milhares de representantes de organizações não governamentais e cidadãos. O ministro do Meio Ambiente, Klaus Töpfer, que foi um importante mediador na Conferência, manifestou em retrospectiva que Rio-92 havia sido «sem dúvida a cúpula do ambiente de euforia, o ápice do otimismo». Com efeito, as decisões adotadas fixaram novas normas para políticas internacionais de desenvolvimento e meio ambiente. O plano de ação da «Agenda 21» estabeleceu campos de ação e projetos que deveriam permitir o desenvolvimento sustentável, ou seja, respeitoso dos recursos naturais. A Declaração do Rio sustentava princípios para as condutas dos governos nacionais, entre si e com seus cidadãos, em relação com o meio ambiente e o desenvolvimento. Além disso, adotaram-se novos princípios para a gestão florestal e o estabelecimento da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CSD). O resultado mais importante da Conferência do Rio foi a assinatura da Convenção-Quadro sobre a Mudança Climática, que compromete 154 Estados com a meta de «impedir interferências antropogênicas perigosas sobre o sistema climático». Para isso, conferências da ONU sobre mudança climática deveriam passar a ser realizadas anualmente. A Convenção-Quadro sobre a Mudança Climática entrou em vigor em março de 1994, prevendo a redução de emissões de gases do efeito estufa nos países industrializados do Ocidente para níveis de 1990. A Convenção sobre a Diversidade Biológica aprovada no Rio estabeleceu também novos padrões e trouxe orientações sobre aspectos organizacionais da Convenção-Quadro sobre a Mudança Climática. Aquela focou, entre outros objetivos, a proteção da diversidade biológica e o uso sustentável dos ecossistemas mundiais.

Links:

Página web da Convenção-Quadro das Nações Unidas para o Mudança Climática:

<http://unfccc.int/2860.php>

Página web da Conferência Rio+20:

<http://www.uncsd2012.org>

## 14. Lei de economia de reciclagem

**27 de setembro de 1994**

Com a aprovação da lei da *Economia de Reciclagem e Gestão de Resíduos* em setembro de 1994, o governo federal liderado pela CDU anunciou o que o então ministro do Meio Ambiente, Klaus Töpfer, qualificou como «o fim da sociedade do desperdício e o início da economia de reciclagem».

### **Detalhes:**

A aplicação da Regulação sobre as embalagens introduzida alguns anos antes havia conseguido reduzir o volume do desperdício dos processos de embalagem em mais de um milhão de toneladas. Assim, a aprovação da lei da economia de reciclagem foi vista não somente como um marco da política ambiental, mas como um componente importante de uma mudança estrutural na direção de uma economia social de mercado eficiente no uso de recursos e sustentável. Töpfer elaborou um ensaio bastante reconhecido expondo os princípios existentes por trás da nova lei. Nesse ensaio, Töpfer manifestou sua esperança de que no futuro tanto a indústria quanto os consumidores começassem a “pensar no tratamento de resíduos. Isto significa que, nas decisões sobre produção e consumo, se considere não só o uso e a adequação do produto, mas também o modo como este é produzido e o que deve acontecer com ele até o fim de seu ciclo de vida».

A Lei da Economia de Reciclagem introduziu o princípio de «quem polui paga» como ponto central, o que implicava que danos ambientais e o alto consumo de recursos se refletissem no preço dos produtos. A lei regulou, pela primeira vez e de maneira clara, quem eram os responsáveis pela eliminação de resíduos e como deviam ser eliminados certos tipos específicos de resíduos. A ideia de reciclagem ganhou uma nova importância, na medida em que os produtores de embalagens foram estimulados por meio da obrigação de gerar menos resíduos, ou aproveitá-los melhor. Em resumo, a prevenção e a reutilização dos resíduos, antes da sua eliminação, tornavam-se objetivos prioritários. A lei entrou em vigor em outubro de 1996, e em 2005 o Ministério Federal do Meio Ambiente apresentou um balanço do impacto da lei. Esse balanço mostrou que as medidas adotadas foram de fato exitosas: embora o crescimento econômico entre 1992 e 2004 tivesse atingido a cifra de 15%, a quantidade de resíduos residenciais permaneceu constante. Além disso, o balanço mostrou que em 2005 62% dos resíduos urbanos e 64% dos resíduos industriais eram reciclados.

Link:

Versão atual da lei do tratamento de resíduos  
<http://www.gesetze-iminternet.de/bundesrecht/krwg/gesamt.pdf>

## 15. Ângela Merkel torna-se ministra do Meio Ambiente

**17 de novembro de 1994**

Em 17 de novembro de 1994, a atual chanceler e presidente da CDU, Ângela Merkel, tomou posse como nova ministra do Meio Ambiente. A anteriormente ministra federal da Família não teve, porém, muito tempo para familiarizar-se com seu novo cargo.

### ***Detalhes:***

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (COP 1) já estava marcada para março de 1995, em Berlim. Nessa conferência, Merkel iria cumprir um papel central. Merkel descreveu sua participação na Conferência de Berlim como uma experiência formativa, na qual aprendeu que «com persistência e capacidade de persuasão é possível conseguir bons resultados mesmo em situações difíceis». De fato, em Berlim se estabeleceram as bases políticas para o posterior Protocolo de Kyoto. Os países participantes chegaram a um consenso concretizado no «Mandato de Berlim», que definiu a criação de um «grupo ad-hoc» para elaborar, a partir daquele ano, para cada conferência anual, um instrumento legalmente vinculante que definisse metas concretas de redução de CO<sub>2</sub>. Por meio do compromisso assumido nessa conferência, Merkel procurou levar aqueles países que se mostravam céticos a respeito do estabelecimento de objetivos ligados à mudança climática a participar do processo. Assumindo o compromisso de que a Alemanha daria de longe a mais ampla contribuição individual entre todos os países industrializados para a redução do CO<sub>2</sub>, Merkel foi capaz de diminuir as ressalvas dos céticos. O protocolo climático negociado pelo grupo ad-hoc em cumprimento ao Mandato de Berlim formou a base para as negociações em Kyoto, no Japão, em dezembro de 1997. Nessa ocasião, os países envolvidos concordaram com o objetivo de reduzir, no máximo até 2012, suas emissões de gases de efeito estufa a um nível aproximadamente 5,2% mais baixo que o de 1990. Assim, se estabeleceram metas elevadas distintas para os países, de acordo com o seu nível de desenvolvimento (os países da União Europeia, os de «economia transitória», os «emergentes» e os países em vias de desenvolvimento). Enquanto a Alemanha se comprometeu a reduzir suas emissões em 21%, todos os países do anterior Bloco do Leste adotaram como objetivo uma redução máxima de 8%, e os países emergentes e em vias de desenvolvimento não foram obrigados a cumprir objetivos meramente simbólicos de redução.

Ao lado dos compromissos da política climática internacional, permanecem na memória, principalmente, dois projetos de lei do período de Merkel como ministra do Meio Ambiente: a aprovação de uma nova «Lei de Auditoria Ambiental» (1995), que promovia a criação de sistemas corporativos de gestão ambiental, e a «Lei sobre a Proteção do Solo» (1998), que proibiu mudanças no solo prejudiciais ao meio ambiente, bem como melhorou e acelerou a recuperação de zonas contaminadas. Merkel tentou também estabelecer um código ambiental nacional uniforme, sem sucesso.



Links:

Explicação do Protocolo de Kyoto na página web do BMU:

<http://www.bmub.bund.de/themen/klima-energie/klimaschutz/internationaleklimapolitik/kyoto-protokoll/>

Texto da lei de auditoria ambiental:

<http://www.gesetze-iminternet.de/bundesrecht/uag/gesamt.pdf>

Texto da lei para a proteção do solo:

<http://www.gesetze-iminternet.de/bundesrecht/bbodschg/gesamt.pdf>

## 16. Meseberger Beschlüsse (A decisão de Meseberg)

**23 de agosto de 2007**

Na política de mudança climática, a segunda grande coalizão liderada por Ângela Merkel (2005-2009) demonstrou mais iniciativa nesse campo que todos os governos anteriores.

### ***Detalhes:***

A publicação do Relatório Stern (outubro de 2006) e o informe do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (fevereiro de 2007) trouxe um claro impulso ao debate público sobre mudança climática. O relatório de autoria do economista do Banco Mundial, Nicholas Stern, projetava uma situação do clima que não só evidenciava uma ameaça aos elementos básicos da vida humana, mas também apontava para os custos dos danos climáticos, estimados em quase 5,5 bilhões de euros. Assim, a mudança climática recebeu pela primeira vez um aspecto claramente econômico. Como resultado disso, a chanceler Merkel portou-se como uma líder da política do clima no cenário internacional, defendendo uma reação drástica e imediata frente a esses cenários. No âmbito da presidência alemã da UE Merkel defendeu, na primeira metade do ano de 2007, uma ambiciosa política energética e climática em nível europeu, mediante a qual os chefes de estado e de governo europeus acordaram, em março de 2007, os assim chamados «objetivos 20-20-20», a serem alcançados até o ano de 2020. Assim, as emissões de CO<sub>2</sub> da UE deveriam ser reduzidas em 20% em comparação com 1990, e a eficiência energética, bem como a participação de renováveis no consumo total de energia, deveriam aumentar em 20%. Merkel também conseguiria, nesse mesmo ano, convencer Estados membros do G8 a se comprometerem com a adoção de uma linguagem comum no tocante à proteção climática. Em virtude destes êxitos no âmbito internacional, Merkel passou rapidamente a ser chamada na mídia de primeira «Chanceler climática» da Alemanha.

O governo federal também adotou medidas nacionais para promover a contribuição alemã para a proteção climática internacional. Em agosto de 2007, sua grande coalizão aprovou a denominada «decisão



de Meseberg», ou o Programa Integrado de Energia e Clima, que promovia maior desenvolvimento de energias renováveis, um aumento significativo da eficiência energética e a modernização das usinas elétricas como pedras angulares de um abastecimento de energia responsável e favorável à proteção do clima. Os anúncios feitos nessa ocasião a respeito das metas para a proteção climática iam muito além dos objetivos 20-20-20 da UE: até o ano 2020, as emissões de CO<sub>2</sub> na Alemanha deveriam ser reduzidas em 40%, a participação de fontes renováveis no abastecimento de energia deveria crescer em 30% e, no aquecimento doméstico, em 14%. O programa de 29 pontos também contemplava uma emenda às leis de Energia e de Economia Energética, o crescimento do apoio à cogeração e um padrão energético 30% mais rigoroso para as novas construções.

## 17. Adoção do «Beust-Papiers» (Documento de Beust)

02 de dezembro de 2008

Em junho de 2008, a «Kommission zur Bewahrung der Schöpfung» (Comissão para a Integridade da Criação), liderada pelo prefeito de Hamburgo Ole von Beust, apresentou o rascunho de um documento de política ambiental que foi posteriormente apresentado e adotado em dezembro desse ano, na conferência federal da CDU sob o título «Bewahrung der Schöpfung – Klima-, Umwelt- und Verbraucherschutz» (A Integridade da Criação: a proteção do consumidor, do clima e do meio ambiente).

### Detalhes:

Mais uma vez, a CDU explicava os princípios e potenciais de uma política ambiental democrata cristã: «Vemos a política ambiental sustentável com base em mecanismos de mercado como uma oportunidade e um motor da inovação, do crescimento e do emprego. Nossa meta é expandir o papel da Alemanha como líder global em tecnologias ambientais». A proteção do clima era considerada um «objetivo central do partido», assim reconhecida desde o início do programa. Para alcançar reduções adicionais de CO<sub>2</sub>, a CDU se propunha a promover um incremento da eficiência e uma expansão dos instrumentos políticos para o regime de comércio de créditos de carbono. O princípio da sustentabilidade era declarado também um «ideal» da política democrata cristã, e planejava-se uma expansão adicional do «negócio inovador» de energias renováveis. Para mudar o sistema energético com uma base sólida de abastecimento seguro e no contexto da problemática do clima, o programa não propunha prescindir da energia atômica como componente do mix energético: «no futuro imediato não será possível prescindir da contribuição da energia atômica para a geração de energia elétrica na Alemanha. Ela nos permite atravessar o período necessário para que as fontes energéticas econômicas e amigáveis ao clima sejam suficientes e estejam disponíveis na quantidade necessária. No âmbito de nossa estratégia para a proteção climática buscamos estender o tempo de vida das usinas nucleares seguras». Contemplando um meio ambiente habitável, bem como a importância econômica da diversidade da flora e da fauna e do turismo para a Alemanha, o programa também concedia ao tema da biodiversidade um lugar central.



Beschluss des 22. Parteitages  
der CDU Deutschlands:

Bewahrung der Schöpfung:  
Klima-, Umwelt-  
und Verbraucherschutz

22. Parteitag der CDU Deutschlands  
30. 11. – 2. 12. 2008 | Messe Stuttgart



Link:

Texto original do documento de Beust:

[http://www.kas.de/upload/ACDP/CDU/Programme\\_Beschluesse/2008\\_1\\_klima-umweltverbraucherschutz.pdf](http://www.kas.de/upload/ACDP/CDU/Programme_Beschluesse/2008_1_klima-umweltverbraucherschutz.pdf)



## 18. O conceito energético do governo federal

**28 de setembro de 2010**

O novo governo conservador liberal sob o comando de Ângela Merkel ratificou, em seu acordo de coalizão de 2009, a decisão de seguir os caminhos de política energética adotados nos governos anteriores.

### ***Detalhes:***

Apesar disso, o governo indicava o seu novo enfoque: promover, a partir de então, uma política energética livre das ideologias, aberta à tecnologia e orientada ao mercado. Uma das consequências deste enfoque foi a recusa do abandono da tecnologia nuclear acordado em 2000 e o anúncio de uma extensão considerável dos (até aquele momento já determinados) ciclos de vida das centrais nucleares. A extensão desses ciclos não pode ser vista como uma medida isolada da política energética, pois estava incluída no primeiro conceito global elaborado pelo governo federal para o fornecimento de energia no futuro.

Em setembro de 2010, o governo de Merkel apresentou seu «conceito energético» ao público. Uma vez mais, previa-se para Alemanha uma meta de proteção climática bastante ambiciosa: até 2020 as emissões dos gases de efeito estufa deveriam ser reduzidas em 40%, e até 2050 estar pelo menos 80% abaixo dos níveis de 1990. Até 2020, a participação das energias renováveis no consumo bruto de energia deveria elevar-se a 18%. Essa participação deveria atingir 30% até 2030, 45% em 2040 e 60% em 2060. Para 2020, a participação de energias renováveis no consumo bruto de energia deveria alcançar a marca de 35% do total, 50% em 2040 e 80% em 2050.

Os ambiciosos objetivos para o aumento da eficiência energética dos edifícios e dos veículos privados também eram parte deste conceito energético. As medidas para a ampliação do setor renovável eram importantes para o governo: a ampliação do apoio para a energia eólica (*offshore* e *onshore*), o maior uso de energias renováveis para a calefação e a refrigeração do ar, a melhor integração das energias renováveis ao abastecimento de energia, a ampliação quantitativa e qualitativa da rede elétrica, assim como um maior desenvolvimento e promoção de novas tecnologias de armazenamento. No conceito energético do governo se encontrava uma passagem descrita geralmente – mas de forma incorreta – como «o abandono do

abandono da energia nuclear»: «Um processo desse tipo não requer somente tempo, mas também deve ser razoavelmente econômico. Para fazer esta mudança necessitamos por mais um tempo da energia atômica e, portanto, os prazos foram estendidos em uma média de 12 anos. O governo federal estima que esse prazo de extensão não deverá surtir efeitos adversos na competitividade do setor energético, especialmente na medida em que os impostos sobre o combustível nuclear e outras obrigações financeiras dos operadores de usinas nucleares tiram a maior parte dos benefícios adicionais por eles gozados. Assim, a expansão econômica dos operadores de usinas nucleares que se obteria por meio da extensão do prazo é neutralizada».

Desse modo, o governo da CDU se declarou a favor da transição a uma era de energia renovável, de enfrentamento dos desafios da política de mudança climática e de um papel da Alemanha de líder em inovação do setor. A energia nuclear foi considerada uma ponte para o abastecimento sustentável de energia, que deveria garantir a segurança do abastecimento e da rentabilidade do sistema energético. Entretanto, deve ficar claro que o governo federal apenas ampliou a vida útil da energia nuclear na Alemanha, não estando previstos novos investimentos em tecnologia nuclear, nem sua exploração futura, nem tampouco a construção de novas usinas nucleares. Por conseguinte, o governo de Merkel manteve a decisão fundamental de abandonar essa tecnologia.

---

Link:

Texto original do conceito energético:

[http://www.bundesregierung.de/ContentArchiv/DE/Archiv17/\\_Anlagen/2012/02/energiekonzept-final.pdf?\\_\\_blob=publicationFile&v=5](http://www.bundesregierung.de/ContentArchiv/DE/Archiv17/_Anlagen/2012/02/energiekonzept-final.pdf?__blob=publicationFile&v=5)

## 19. A catástrofe de Fukushima

### 11 de março de 2011

Após a catástrofe nuclear de Fukushima, a classe política alemã decidiu-se pelo abandono definitivo da energia nuclear.

#### **Detalhes:**

A catástrofe de Fukushima em março de 2011 deu origem a algumas reações históricas na mídia alemã. Isto se torna evidente por meio de uma comparação entre os comentários das imprensas alemã, inglesa e francesa dessa época. Na Alemanha foram publicados vários suplementos em jornais e revistas semanais, e a catástrofe foi coberta minuto a minuto. O jornal *Süddeutsche Zeitung* confirmou, com Fukushima, a imagem negativa que repercutia sobre a energia nuclear. Essa tecnologia simplesmente não era controlável. Fukushima foi inclusive comparada à «vulnerabilidade do mundo ocidental» manifestada pelo 11 de setembro. A catástrofe nuclear significou um revés global para toda a indústria atômica, e especificamente na Alemanha abriu caminho ao projeto do abastecimento de energia composto por 100% de energias renováveis. Em contraste, o abandono da energia nuclear não foi discutido nem uma só vez na imprensa britânica; ao contrário, procurou-se moderar a discussão para não perturbar o mercado e a população desnecessariamente. Nem a França apresentou uma reação comparável ao desastre. O discurso sobre a política nuclear foi conduzido de maneira objetiva, e foi apresentado um relatório final sobre o desenvolvimento de um mix energético como a solução mais provável. O abandono completo da política nuclear num futuro próximo não parecia possível com uma energia nuclear responsável por 78% do abastecimento energético, mas tal possibilidade não foi nem explorada de forma robusta pela sociedade ou pela classe política. As distintas reações geradas pela catástrofe atômica japonesa na Alemanha, na França e no Reino Unido demonstraram a influência que o movimento antinuclear havia conquistado na Alemanha nos últimos anos, o ceticismo com que o povo alemão via essa tecnologia e como a política nuclear na Alemanha era uma questão política importante e emocional.

Fukushima e a reação social e mediática que a catástrofe suscitou resultaram num repensar dentro da CDU e dos partidos do governo. Apesar disso, Fukushima não mudou a situação objetiva de segurança na Alemanha, mas alterou fundamentalmente a percepção política e social sobre os possíveis riscos do uso doméstico da energia nuclear. Nesse panorama, o governo federal reagiu rapidamente depois do

acidente: no dia 15 de março de 2011, a chanceler Ângela Merkel anunciou uma «moratória nuclear». O anúncio foi feito depois de consultas com os ministros presidentes dos Estados federados onde havia usinas nucleares, e fez referências aos artigos relativos à segurança da lei nuclear (prevenção de riscos).

Os sete reatores mais antigos da Alemanha foram fechados temporariamente (e não deveriam voltar a fazer parte da rede de abastecimento). A extensão do prazo para as usinas nucleares alemãs foi suspensa por três meses. Em 22 de março de 2011, o governo federal criou a «Comissão de Ética para o Abastecimento Energético Seguro», cuja missão era encontrar um consenso sobre política nuclear pós-Fukushima. Em seu relatório, a comissão recomendou o abandono da energia nuclear até 2021, se possível. No mesmo verão, o governo federal e o Parlamento decidiram-se pelo abandono definitivo da energia nuclear.

Fukushima havia levado finalmente a um consenso político-social sobre a energia entre todos os partidos alemães. A totalidade da classe política alemã, tanto em nível federal como estadual, viu-se comprometida com os quatro princípios da política energética: a compatibilidade com as políticas para o meio ambiente e de mudança climática, a segurança do abastecimento, a produtividade e a aceitação do impacto social. Nesses princípios a energia nuclear não tinha nenhum papel.



Links:

Galeria de fotos «Tsunami em central nuclear»:

[http://www.tagesanzeiger.ch/ausland/die-tsunamikatastrophe/Hier-ueberrollt-der-Tsunami-das-AKW-Fukushima- /story/28257207?dossier\\_id=885%23clicked0.9474773453548551](http://www.tagesanzeiger.ch/ausland/die-tsunamikatastrophe/Hier-ueberrollt-der-Tsunami-das-AKW-Fukushima-/story/28257207?dossier_id=885%23clicked0.9474773453548551)

Cronologia da catástrofe nuclear:

<http://www.spiegel.de/flash/flash-25484.html>

## 20. O Acordo de coalizão da grande coalizão

**14 de dezembro de 2013**

A terceira grande coalizão da história da República Federal da Alemanha foi liderada novamente pela chanceler Ângela Merkel, e foi fechada com um acordo de coalizão assinado em dezembro de 2013. O novo governo federal se viu confrontado com vários problemas no contexto da implementação do câmbio energético, razão pela qual a política energética teve lugar central neste acordo.

### ***Detalhes:***

Os desafios foram (e são) imensos: os custos para o consumidor de energia, resultante da distribuição estabelecida na Lei da Energia Renovável, eram cada vez maiores. A indústria e os provedores de energia advertiram que poderia haver problemas de abastecimento em função do aumento proporcional das fontes energéticas dependentes do clima e do número de usinas elétricas convencionais fora de operação e, conseqüentemente, indisponíveis para a provisão da carga básica. Ao mesmo tempo, a resistência popular contra os projetos de mudança da matriz energética tem aumentado nos últimos anos. Além disso, a ampliação da rede de abastecimento da Alemanha, necessária para a distribuição de energia elétrica renovável, não progrediu como se esperava. Portanto, o acordo de coalizão prometeu algumas reformas na Lei de Mudança Energética. A ampliação das fontes de energia renovável deve ser freada e desenvolver-se dentro de períodos estabelecidos: até 2025 o fornecimento de energia deve elevar-se a 40% ou 45% do total, e até 2035, a 50% ou 60%. A expansão das usinas elétricas de biomassa deve ser restrita somente a dejetos e resíduos, as taxas de subsídio para a energia eólica devem ser reduzidas, e a capacidade total das usinas de energia eólica offshore devem ser ajustadas a 6.5 GW em 2020 e 15 GW em 2030.

Uma redução das tarifas de energia bem como uma promoção robusta de mecanismos de mercado foram considerados. A CDU/CSU e o SPD até mesmo concordaram em verificar se os grandes produtores de eletricidade serão capazes de garantir uma provisão de carga máxima no futuro. Em termos gerais, melhores custos devem ser alcançados para os usuários por meio de tarifas mais baixas e uma expansão controlada. O governo atual considera que as emendas legislativas relativas à política energética estão entre as tarefas mais importantes da presente legislatura.

Link:

Texto original do acordo de coalizão:  
<https://www.cdu.de/sites/default/files/media/.../koalitionsvertrag.pdf>

## II. A Política de Energia e Clima na Alemanha até 2014

### Introdução

A 20ª Conferência das Partes (COP), realizada em Lima no final de 2014 sob os auspícios das Nações Unidas, foi o ponto de encontro para as negociações internacionais sobre o clima. Essas negociações são parte de uma série de processos políticos, vários dos quais correm em paralelo. Alguns exemplos desses processos são a Cúpula Climática de Ban-Ki-Moon, realizada recentemente em Nova Iorque, ou as novas metas climáticas e energéticas para 2030 aprovadas pela União Europeia. Ao mesmo tempo, essa COP mostrará se é possível criar fundamentos sólidos para um acordo global sobre a proteção climática, cuja ratificação é esperada para o final de 2015 em Paris.

Na Alemanha, a política de proteção climática é onipresente na percepção pública, midiática e política. A discussão ampla e contínua do tema da política climática e energética não é garantida apenas pela recente aprovação de um conceito energético que propõe uma mudança radical no abastecimento de energia na Alemanha, alcançando a utilização quase exclusiva de energias renováveis até o ano de 2050 (transição energética), mas também pelos efeitos globais da mudança climática, que também se notam na Alemanha, e que são percebidos no âmbito político e discutidos intensamente pela sociedade civil.

Ao mesmo tempo, o debate alemão sobre a política climática internacional ocorre no contexto de uma época marcada por mudanças significativas nas condições gerais da política energética. Diante do aumento real do uso de gás e petróleo de xisto nos EUA, novos padrões geopolíticos globais estão se formando. Uma crescente consciência ambiental na China se manifesta em esforços para restringir as emissões de CO<sub>2</sub>. O papel da UE como pioneira na política climática está sendo abertamente criticado por alguns de seus Estados membros diante da crise econômica e financeira passada e da presente crise na Ucrânia. Em consequência, hoje em dia já se observa uma mudança das prioridades políticas no âmbito europeu, da proteção do clima na direção da concorrência e da segurança do abastecimento energético.



---

Nesse contexto e levando em consideração as arenas internacionais, a política climática da Alemanha enfrenta o desafio de incorporar-se a esse marco global em alteração. A Alemanha pode basear-se em sua tradição de políticas ambientais e referir-se à política de proteção climática no país. Resta saber, porém, se tais esforços serão suficientes para exercer uma influência decisiva nas negociações internacionais sobre a mudança climática.

### **Uma retrospectiva democrata cristã**

A política de proteção climática, ou política climática, é uma disciplina política relativamente jovem na Alemanha. Suas origens vêm de uma discussão sobre a política ambiental mais ampla — sobretudo no âmbito internacional — que influiu politicamente no país através de publicações famosas como o estudo sobre *Os limites do crescimento* do Clube de Roma (1972) ou o *Relatório Brundtland: nosso futuro comum* (1987). Na mesma Alemanha, a «morte dos bosques» nos anos 1980 tornou necessárias pela primeira vez várias medidas de política ambiental. Emissões industriais contendo dióxido de enxofre e gases do escapamento dos automóveis, com seu conteúdo de chumbo, causaram um deterioramento alarmante dos bosques e florestas. Foi Helmut Kohl (CDU, partido da União Democrata Cristã), o então chanceler, que estabeleceu um marco regulamentar ambiental que resultou em uma melhora notável do meio ambiente.

Uma ruptura na percepção ambiental alemã foi causada pela explosão do reator nuclear em Chernobyl, na Ucrânia, em 1986. Por razões climáticas, as partículas radioativas também alcançaram a Alemanha, o que levou a debates controversos sobre o uso pacífico da energia nuclear para a geração de eletricidade. Reagindo aos temores do público, nesse mesmo ano o governo de Kohl fundou o Ministério Federal para o Meio Ambiente, Proteção Ambiental e Segurança Nuclear (BMU, nas iniciais em alemão), nomeando o presidente da CDU de Hesse, Walter Wallmann, como primeiro ministro do Meio Ambiente da República Federal da Alemanha. Na própria CDU, esses acontecimentos desencadearam discussões importantes sobre a melhor forma de conseguir fortalecer a proteção do meio ambiente na política. O ponto de partida era a concepção cristã do ser humano, vigente em todas as denominações religiosas, que em termos gerais inclui a preservação da Criação e sua utilização sustentável pelos seres humanos.

Em 1987 Klaus Töpfer (CDU), que viria a ser o diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), assumiu o cargo de ministro do Meio Ambiente. Durante seu mandato, deixou traços permanentes do perfil democrata cristão na política ambiental alemã. Em distintas comissões do partido e em alguns documentos estratégicos, provocou debates sobre o caráter da futura política ambiental cristã-democrata e trabalhou no desenvolvimento de diretivas a esse respeito. Neste contexto, também cunhou o termo «economia social e ecológica de mercado».

Na Alemanha, a economia social de mercado regula a coesão econômica e social. Ao mesmo tempo, foi a base da rápida ascensão econômica da Alemanha e da constante prosperidade do país após as duas Guerras Mundiais. O fundamento histórico da economia social de mercado tem ligações com os princípios políticos e regulatórios de Walter Eucken, a integração de temas sociais com a base de valores cristãos proposta por Alfred Müller-Armack e a introdução política do conceito por Ludwig Erhard. Klaus Töpfer aplicou o conceito da economia social de mercado às questões correntes da política ambiental, destacando sua capacidade de facilitar um equilíbrio social entre economia e ecologia. Embora o termo de “economia ecológica e social de mercado” não tenha se estabelecido nos estatutos da CDU, ele ainda conforma o pensamento do partido na área da política ambiental.

No que concerne à política internacional, o governo de Kohl promoveu uma perspectiva integral sobre a proteção do meio ambiente e o crescimento econômico, definindo os princípios da “política externa ambiental” alemã. Foi sobretudo na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 1992 que Helmut Kohl conseguiu destacar – com esse conceito – a credibilidade da Alemanha como ator internacional que promove uma política ambiental global comprometida. A atual chanceler Ângela Merkel, a sucessora de Klaus Töpfer no ministério do Meio Ambiente, continuou a reforçar esse compromisso. Merkel colocou a mudança climática global na agenda internacional e deu uma contribuição essencial para a aprovação do Protocolo de Kyoto, que representa uma barreira na esfera do Direito Internacional contra a emissão de gases de efeito estufa, daninhos para o clima, em boa parte dos países industrializados.

---

Os anos seguintes foram caracterizados por uma mudança política na Alemanha. A CDU se converteu em um partido de oposição após as eleições de 1998: a coalizão Verde e Social Democrata formou o governo federal e assumiu a responsabilidade política no país. A medida mais importante tomada em política ambiental durante esse período foi, sem dúvida, a decisão de abandonar a energia nuclear até 2020. Outras iniciativas, como a introdução de um «imposto ecológico», constituíram na realidade uma continuação ou intensificação das políticas ambientais anteriormente adotadas pelo governo Kohl.

A partir das eleições parlamentares de 2005 a CDU formou um novo governo com o Partido Social Democrata, tendo Ângela Merkel como chanceler. O melhor termo para caracterizar a política ambiental dessa época é provavelmente «política industrial ecológica». Basicamente, ele representa a proposta, formulada nos anos antecedentes, de que o crescimento econômico e a proteção ambiental não devem representar contrastes irreconciliáveis. Na política climática internacional, em 2007 foi elaborado um roteiro para alcançar um acordo climático global, a ser aprovado em Copenhague em 2009. Ao mesmo tempo, a Alemanha, com Ângela Merkel, assumiu a presidência do Conselho da União Europeia e do G8. Merkel aproveitou esse período para por a mudança climática na agenda global. Por exemplo, a UE decidiu reduzir suas emissões de CO<sub>2</sub> em 20%, em comparação com 1990. A porcentagem de fontes de energia renováveis, tal como a eficiência energética, iriam ser aumentadas respectivamente em 20% («Os Objetivos 20-20-20»). Entretanto, não foi alcançada a aprovação de um acordo global sobre proteção climática em 2009. O espaço entre os países industrializados e os países emergentes permanecia largo demais para tanto.

A atual política de proteção climática da Alemanha está, por um lado, marcada por um marco vinculante internacional e europeu, para cuja criação o país contribuiu ativamente, por meio de sua política externa. Por outro lado, essa política é constituída por iniciativas próprias no âmbito da política interior, que repetidamente projetam a Alemanha como uma pioneira internacional no tocante às promessas da Alemanha baseadas no Protocolo de Kyoto.

A União Europeia havia se comprometido, nesse momento, a reduzir em conjunto seus gases do efeito estufa entre 2008 e 2012 em

aproximadamente 8%, em comparação com o nível de 1990. Na União Europeia, essa porcentagem foi dividida entre todos os países. A Alemanha, na condição de país com uma economia forte, tinha a meta de reduzir suas emissões em 21%, enquanto outros Estados membros poderiam até mesmo aumentá-las (*burden sharing*, ou compartilhamento do esforço). A Alemanha não apenas alcançou a meta fixada para 2012, mas a superou.

Em 2007, com a proximidade do primeiro período de compromissos do Protocolo de Kyoto, a UE aprovou sua própria e extensa agenda de proteção climática. Com os «Objetivos 20-20-20» já mencionados, estabeleceu um marco de longo prazo para sua política energética e climática, que incluía amplos compromissos para seus Estados membros. Levando em conta o processo climático internacional, também foi aprovado um novo período de compromissos. Pelo Protocolo de Kyoto II, a UE diminuirá em 20% as suas emissões de gases de efeito estufa entre 2013 e 2020. Em outubro de 2014, a UE fixou outro marco de longo prazo até 2030. Nesse contexto, a UE está se comprometendo a diminuir em 40% as suas emissões de CO<sub>2</sub> até 2030. Para o uso das energias renováveis e a eficiência energética, a meta é aumentar ambos em 27%, no mesmo período.

Na Alemanha, em 2007 foi aprovado um Programa Integrado de Energia e Clima (IEKP nas iniciais em alemão), para cumprir as obrigações do país no âmbito europeu e internacional. O governo decidiu na ocasião que, se a UE planejava reduzir em 30% suas emissões de CO<sub>2</sub> até 2020, a Alemanha as reduziria em 40% no mesmo período. O programa inclui um total de 29 medidas individuais que objetivam basicamente a melhoria da eficiência energética e um maior uso das energias renováveis. Estas incluem, entre outras, a cogeração, o aprimoramento do regulamento sobre a injeção de biogás na rede de gás natural, a aceleração da expansão da rede, o aumento dos padrões de economia de energia nos edifícios, o estímulo à reabilitação energética dos edifícios, a inclusão de critérios ambientais e de eficiência energética nas compras públicas, a promoção dos biocombustíveis e o aumento do uso de energias renováveis no setor elétrico.

Hoje em dia, o IEKP constitui um marco essencial para avaliar a política climática da Alemanha. Em avaliações periódicas, o andamento do programa é apresentado publicamente para possibilitar os ajustes possíveis nos momentos oportunos. Por exemplo, a última avaliação

oficial do programa realizada em 2011 indicou que é pouco provável que se alcance a meta de economizar 40% das emissões de CO<sub>2</sub> até 2020, a não ser que se tomem outras medidas. Sobretudo, os aumentos de eficiência esperados em edifícios, no setor de transportes e no setor energético não foram observados na medida esperada.

## **A transição energética**

Há diferentes interpretações sobre quando se iniciou a transição energética. Alguns associam seu começo à introdução das energias renováveis por meio da Lei da Injeção de Eletricidade dos anos 1990; outros, com o conceito energético do governo federal Democrata Cristão - Liberal de 2010, ou com o abandono da energia nuclear na Alemanha em 2011, após os devastadores acontecimentos em Fukushima, no Japão.

Seja como for, a transição energética representa o projeto climático e energético mais ambicioso da Alemanha desde sua reunificação. Segundo o conceito energético de 2010, 60% do consumo de energia na Alemanha seria coberto com energias renováveis até 2050. No setor elétrico, o consumo de renováveis alcançará até mesmo a marca dos 80%. Até 2050, as emissões de gases de efeito estufa serão reduzidas em 80%, em comparação com os níveis de 1990. O consumo de energia primária se reduzirá à metade no mesmo período. Para alcançar essas metas, foram adotadas várias medidas complementando as normas já estabelecidas pelo IEKP.

Da mesma forma que o IEKP, a transição energética é continuamente avaliada com respeito a seus avanços, e é provavelmente o projeto climático e energético mais intensamente observado tanto a partir da política interna como da externa. Na Alemanha, ela tem sido objeto de extensas discussões públicas. Na mídia, a transição energética tem sido, por vezes, vinculada fortemente aos aumentos de preços da eletricidade e a uma crescente insegurança no abastecimento de energia, ganhando uma conotação negativa. Entretanto, uma série de pesquisas representativas indica que a transição energética continua sendo bastante aceita na sociedade alemã. Essa situação evidencia o fato de que a transição energética se encontra em um campo de tensões entre uma variedade de interesses particulares, que não têm a ver apenas com a distribuição dos custos, mas também com a dos benefícios.

As discussões mais recentes focalizam principalmente o equilíbrio climático da transição energética, que está sendo posto em questão devido ao crescimento atual das emissões de CO<sub>2</sub>. A razão subjacente é o aumento do uso do carvão na geração de energia na Alemanha. Dois fatores são relevantes nesse contexto: por um lado, o carvão dos Estados Unidos se converteu em uma commodity de exportação barata graças à revolução do gás de xisto, e registra vendas muito exitosas tanto na Europa como na Alemanha. Por outro lado, o preço dos certificados de CO<sub>2</sub> na Europa está tão baixo que a eletricidade gerada com carvão acaba ficando barata. Isso cria o efeito paradoxal do aumento das emissões de CO<sub>2</sub> na Alemanha, apesar do aumento do uso de energias renováveis. O uso simultâneo de energias renováveis e fósseis também representa atualmente o maior desafio regulamentar no contexto da implementação da transição energética na Alemanha. Do ponto de vista democrata cristão, sempre se busca um equilíbrio entre um abastecimento de energia exequível e seguro, por um lado, e respeitoso com o clima, por outro.

No novo mandato, o governo federal trocou de mãos a responsabilidade ministerial pela transição energética, estabelecendo o Ministério Federal de Economia e Energia (BMWi) como o principal responsável pelo setor energético. O BMWi elaborou recentemente uma agenda para regulamentar a implementação da transição energética, e uma de suas primeiras ações nesse contexto foi iniciar uma reforma da Lei sobre Energias Renováveis, que regula o fomento dessas fontes de energia na Alemanha. O pano de fundo dessa reforma se encontra no fato de que o desenvolvimento das energias renováveis não havia sido regulado até então. Os custos gerados eram distribuídos entre os consumidores de eletricidade, resultando, portanto, em aumentos do preço da energia. Basicamente, agora o desenvolvimento anual das energias renováveis é restringido por uma diminuição dos incentivos uma vez que uma quantidade determinada de energia seja gerada. Além disso, no futuro os provedores de energia renovável terão que comercializar sua eletricidade com seus próprios recursos. Com isso, a reforma da Lei sobre Energias Renováveis está preparando o caminho para uma maior aplicação de mecanismos de mercado na transição energética.

Nos próximos anos, também será introduzido um modelo de concorrência pública, de modo que apenas os provedores de energia

renovável mais econômicos desenvolvam as respectivas instalações. No âmbito europeu, o governo federal promove metas climáticas e energéticas coerentes com as metas da transição energética alemã. De forma semelhante, a Alemanha quer transformar o comércio europeu de créditos de carbono em um forte instrumento de proteção do clima, neutralizando os baixos preços dos certificados de CO2 mediante a introdução de um mecanismo de mercado estabilizador. Em resumo, se busca desenvolver um desenho europeu para o mercado de eletricidade que tornará mais eficiente o comércio de energia elétrica. Um projeto importante dentro da Alemanha é a melhoria da eficiência energética. Neste âmbito, o país deseja desenvolver sua própria estratégia de eficiência energética e traduzi-la em um «Plano Nacional de Eficiência Energética». Para o setor da construção civil, também serão criados novos incentivos relacionados à eletricidade e à calefação.

### **A adaptação à mudança climática**

As consequências da mudança climática já são visíveis hoje em dia em todo o mundo. Também na Alemanha há estudos sobre os impactos que a mudança climática terá no país. Segundo esses estudos, o oeste da Alemanha poderá sofrer uma diminuição da oferta de água. Nos Alpes, o derretimento das geleiras poderá afetar a biodiversidade local. As regiões costeiras provavelmente terão que se ajustar a uma elevação do nível do mar e a maiores incidências de tempestades. Ademais, em algumas regiões pode aumentar o risco de inundações.

A Alemanha estabeleceu a sua própria estratégia de adaptação, não apenas no contexto de suas obrigações internacionais relativas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, mas com o objetivo de aprimorar a capacidade de adaptação dos sistemas naturais, sociais e econômicos à mudança climática. Em 2011 foi desenvolvido um plano de ação que inclui quatro áreas principais, nas quais o governo federal iniciou medidas de adaptação: na primeira, se trata de proporcionar conhecimento e informações, e melhorar a competência climática dos atores afetados. Para alcançar tal objetivo, o governo iniciou diálogos, envolveu os cidadãos e criou redes. A segunda área se relaciona com o marco estabelecido pelo governo federal. Esse marco pode surtir efeitos legais e técnicos, mas também inclui normas relativas a sistemas de incentivos e à sua promoção. Na terceira área, o governo envolve-se

diretamente na implementação de adaptações à mudança climática, por exemplo, levando em conta critérios relevantes para lidar com os seus próprios bens imóveis ou infraestruturas. A quarta área se concentra no apoio internacional que a Alemanha pode fornecer para a adaptação à mudança climática, por exemplo, no contexto da cooperação para o desenvolvimento.

### **Perspectivas**

Depois das decepcionantes negociações ocorridas em Copenhague em 2009, a política climática internacional está atualmente ganhando um novo ímpeto. Segundo esse roteiro, no final de 2015 em Paris haverá novamente uma tentativa de chegar a um acordo sobre proteção climática que contenha objetivos vinculantes para todos os Estados. O papel da Alemanha na política climática tem sido cada vez mais criticado neste contexto. Por exemplo, causou muita surpresa o fato de que a chanceler não tivesse participado na Cúpula Climática convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban-Ki-Moon, em setembro de 2014. Além disso, o aumento das emissões de CO<sub>2</sub> na Alemanha também tem sido percebido de maneira negativa no exterior. Com tudo isso, a percepção geral é a de que atualmente a Alemanha está demonstrando certa reserva, em comparação com papel anterior como pioneira em assuntos climáticos.

Entretanto, esta percepção é muito limitada. A Alemanha, um dos principais países industrializados do mundo, encontra-se em uma fase de alteração de seu sistema energético na direção de um uso majoritário de energias renováveis. Esse é um processo que está ocorrendo em toda a sociedade, e que implica mudanças profundas, sobretudo para a economia do país. Com a transição energética, a Alemanha pretende reduzir suas emissões de CO<sub>2</sub> drasticamente e no longo prazo. Além disso, a Alemanha liderou a elaboração de uma política climática e energética ambiciosa no âmbito europeu até 2030. Esta última também constituirá o compromisso a ser apresentado pela UE nas próximas negociações sobre mudança climática global. Paralelamente, com o Diálogo Climático de Petersberg, realizado pela quinta vez no ano passado, a chanceler criou seu próprio fórum internacional para fornecer estímulos adicionais ao processo global de proteção do clima. Nesse fórum, Merkel anunciou em 2014 que a Alemanha contribuirá com 750 milhões de euros ao *Green Climate Fund* (GCF). O fundo proporcionará, a partir de 2020, 100 bilhões



de dólares por ano a países em desenvolvimento para a mitigação dos efeitos e para a adaptação à mudança climática.

Portanto, o compromisso alemão com a proteção do clima continuará e seguirá desenvolvendo-se. Todavia, ele também continuará a se ajustar às mudanças globais e a enfrentar desafios presentes e futuros. É provável que no futuro a proteção climática da Alemanha focalize com ainda maior ênfase sobre o crescimento econômico e a garantia do abastecimento de energia. Neste contexto, sobretudo, teremos que demonstrar que um sistema energético que se baseia majoritariamente em energias renováveis permite estabelecer preços de energia competitivos com o nível internacional e contribuir para garantir um abastecimento estável de energia dentro do país. Dada a sua expertise tecnológica e sua capacidade de inovação, a Alemanha já preparou o caminho para alcançar tal meta. Entretanto, levando em conta as mudanças globais, o desenvolvimento de outros países não deve ser ignorado.

**Dr. Christian Hübner**

Diretor do Programa Regional de Segurança Energética e Mudança Climática da América Latina da Fundação Konrad Adenauer e.V.

---

Link:

Artigo publicado em:

Revista Testemunho Nº114 - Instituto de Estudo Social Cristão, Setembro- Dezembro 2014

Programa regional de segurança energética e  
mudança climática na América Latina da fundación  
fundação Konrad Adenauer e.V.

<http://www.kas.de/energie-klima-lateinamerika/es/>